

PARLEZ-VOUS FRANÇAIS?¹ A LÍNGUA FRANCESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM PONTA GROSSA (PR)²

Janine Patrícia Loos³
Helga Loos-Sant'Ana⁴

*Quem não sabe línguas estrangeiras
não sabe nada de si próprio.
(Goethe)*

RESUMO

Vários aspectos relativos ao desenvolvimento humano, concernentes aos âmbitos social, cognitivo e afetivo-emocional, são beneficiados pelo aprendizado de línguas estrangeiras, oportunizando, assim, progresso pessoal e profissional aos indivíduos. O presente trabalho tem o propósito de analisar a situação relativa ao ensino da língua francesa nas escolas da rede pública estadual do município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, já que se trata de um idioma de grande importância no mundo e que, atualmente, não vem sendo ofertado, nem na matriz curricular e nem por meio do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) – modalidade criada no Paraná na década de 80 com a finalidade de ofertar o ensino plurilíngue extracurricular

1 A expressão “Parlez-vous français?” significa, em português, “Você fala francês?”. Pretende-se aqui também fazer uma alusão à canção “Parlez-vous français?” que representou o Luxemburgo no Festival Eurovisão da Canção em 1978, classificando-se em sétimo lugar entre os 20 países participantes. É cantada em francês pelo Duo Baccara e fala-nos da importância da língua francesa, que é caracterizada na letra da canção como a língua do amor e do verão. Descreve uma situação em que, para iniciar uma relação amorosa, foi exigido de um homem que aprendesse a falar este idioma.

2 O presente trabalho tem por base o Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora por ocasião do término do curso de Licenciatura em Letras Português/Francês junto à Universidade Estadual de Ponta Grossa, supervisionado pela Profa. Ms. Maria Ruth Ferreira Scalise Taques Fonseca. As autoras deste artigo agradecem à professora pela gentil orientação.

3 Professora de língua francesa, licenciada em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Contato: janinelooos@yahoo.com.br

4 Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, linha de pesquisa: Psicologia Cognitiva. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, área: Psicologia, Desenvolvimento Humano e Educação. Professora do Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação e da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Contato: helgalooos@yahoo.com.br

gratuito à comunidade escolar. Realizou-se uma investigação histórica, seguida de uma análise documental relativa aos parâmetros educacionais oficiais vigentes para o ensino de línguas estrangeiras, e, por último, a uma pesquisa de campo. Dados foram coletados junto ao Núcleo Regional de Educação, aos diretores de duas escolas públicas estaduais de Ponta Grossa e a alunos, tendo sido os participantes entrevistados e/ou convidados a responder a um questionário aberto. Os resultados foram tratados de maneira qualitativa, de acordo com os eixos temáticos mais significativos. Percebe-se que a problemática encerra várias contradições envolvendo prioridades político-econômicas, disponibilidade de profissionais habilitados, demanda pelo ensino da língua e questões administrativas.

Palavras-chave: Aprendizado de línguas estrangeiras. Língua francesa. Escola pública.

INTRODUÇÃO

Aprender a se comunicar em língua estrangeira é ampliar o leque de benefícios em vários aspectos do desenvolvimento humano. Poder-se-ia escrever um tratado a respeito, mas tendo em vista os propósitos do presente trabalho serão mencionados, brevemente, somente alguns dos principais. Em primeiro lugar, há de destacar o progresso pessoal e profissional que promove o *enriquecimento cultural* com o qual é possível a um indivíduo o entendimento da realidade de outros povos, como por exemplo, as formas como se organiza certa comunidade, como resolve seus problemas, etc. O conhecimento de novos hábitos e costumes aproxima a cultura desse indivíduo à cultura do país da língua alvo.

Já no que concerne ao *conhecimento linguístico*, pode-se afirmar que a língua de um povo é parte indissolúvel de sua cultura e, dessa forma, os conceitos de enriquecimento cultural e conhecimento linguístico estão intimamente interligados, sendo um parte integrante do outro. Nesse sentido, a *competência comunicativa* que o sujeito desenvolve ao internalizar uma língua estrangeira age no sentido de torná-lo mais autônomo, isto é, um indivíduo com uma gama maior de recursos de organização de pensamento e de expressão, que aprende a se manifestar com mais propriedade, a explanar suas reflexões, seus conhecimentos e ideias sobre o mundo. Tais processos estão intrinsecamente ligados ao *desenvolvimento cognitivo, afetivo e social*, por meio dos quais

um cidadão se torna mais competente na compreensão do mundo no qual está inserido.

Nessa direção, Derrida (2003, *apud* FIGUEIREDO; GLENADEL, 2006, p.20) explica que:

Aprender uma língua estrangeira é, pois, ter acesso a um mundo cultural que se exprime naquela língua. Aprender uma língua estrangeira é ser exposto a novas cosmovisões, a práticas culturais diferentes das nossas, que poderão nos enriquecer e abrir nossos horizontes com a condição de não nos perdermos nelas, com a condição de não termos uma valoração do estrangeiro que deprecie o nacional. Aprender uma língua estrangeira é conhecer o Outro para poder melhor compreendê-lo e respeitá-lo em sua irredutibilidade, não para se transformar no Outro. Aprender uma língua estrangeira pode ser a oportunidade de abrir-se para a multiplicidade de culturas desde que não se perca de vista o lugar de onde se partiu. Conhecer, entrar em contato, comunicar-se, não é assimilar ou ser assimilado. Aprender inglês não é tornar-se inglês ou norte-americano, aprender francês não é imitar o francês. Pode-se aprender línguas estrangeiras de maneira descolonizada, sem subserviência, sem tornar-se subalterno.

Assim sendo, aprender a se comunicar por meio de línguas estrangeiras, entre elas, a língua francesa, de modo algum significa tornar-se um cidadão francês, ou desonrar nossa identidade enquanto brasileiros. Ao contrário, através da aprendizagem dessa língua ampliam-se as perspectivas relativas à gênese da língua portuguesa em função das intersecções existentes entre as línguas latinas originárias do latim vulgar⁵, resgatando parte de nossa história linguística. Assim justifica-se a preocupação com a escassez da oferta do ensino de língua francesa nas escolas públicas de vários municípios do Estado do Paraná e o insuficiente reconhecimento da importância do CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) enquanto instituição fomentadora da ampliação do conhecimento de mundo oportunizada por meio do aprendizado de línguas estrangeiras.

5 O latim vulgar (em latim, sermo vulgaris) é um termo empregado para designar os dialetos vernáculos do latim falado principalmente nas províncias ocidentais do Império Romano.

O presente estudo teve por objetivo, assim, investigar a situação relativa ao ensino da língua francesa na rede pública de ensino do município de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais do Estado do Paraná, Brasil. Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e qualitativo, na qual se procedeu primeiramente a uma investigação histórica, seguida de uma análise documental relativa aos referenciais educacionais oficiais vigentes no Estado do Paraná para o ensino de línguas estrangeiras, e, por último, a uma pesquisa de campo. Nesta parte empírica, foram realizadas visitas ao Núcleo Regional de Educação bem como a duas escolas públicas estaduais de Ponta Grossa, com o intuito de abordar coordenadores do ensino de línguas estrangeiras no município, diretores de escolas e alunos, os quais foram entrevistados e/ou convidados a responder a um questionário aberto. Entre os dados históricos e documentais obtidos serão apresentados no presente artigo os de maior relevância, enquanto os dados empíricos, que foram analisados de maneira qualitativa, serão apresentados de acordo com os principais eixos temáticos.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Atualmente se vê no Brasil o predomínio de um monopólio linguístico entre as escolas de ensino básico, o qual tem, cada vez mais, excluído o ensino da língua francesa. Entretanto, nem sempre foi assim. A língua francesa já possuiu um lugar de grande destaque nas instituições de ensino ao longo de nossa história.

De acordo com a HELB (Linha do Tempo sobre a História do Ensino de Línguas no Brasil, 2006), a língua francesa foi introduzida oficialmente no Brasil por D. João VI por meio do Decreto de 13 de abril de 1808, sendo que o Decreto assinado em 22 de junho do ano seguinte criou as cadeiras de francês e de inglês. Desde então, o ensino de Línguas Estrangeiras Modernas (LEM) passou a figurar no currículo escolar. A ampliação das LEM se deu por meio do Decreto de 4 de dezembro de 1810, assinado pelo Conde de Linhares, que instituiu na Academia Militar do Rio de Janeiro a presença de professores de Línguas Vivas, os quais deveriam saber ensinar pelo menos três línguas: francês, inglês e alemão. Na sequência, inaugurou-se a Academia Real Militar (em 23 de abril de 1811), sendo que todos os livros escolares desta instituição eram em francês.

Com a Proclamação da República, o Marechal Deodoro da Fonseca criou o Ministério da Instrução. Depois que Benjamin Constant assumiu esse Ministério, as línguas inglesa e alemã passaram a ser opcionais no currículo. Contudo, foi nos Ministérios de Fernando Lobo (1892) e Epitácio Pessoa (1900) que o ensino dessas línguas voltou a ser obrigatório em algumas séries. Algumas décadas depois, com o Decreto n.º 208333 da Reforma de Francisco Campos que ocorreu em 21 de dezembro de 1931, foi reestabelecido o ensino de línguas estrangeiras vivas – o inglês, o francês e o alemão – nos estabelecimentos de ensino secundário e no Colégio Pedro II.

Porém, foi em 1942 que ocorreram transformações significativas no ensino secundário. Durante o governo de Getúlio Vargas, o então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema promoveu alterações importantes referentes ao ensino de línguas. A denominada Reforma Capanema destinou ao ensino de idiomas 35 horas semanais, ou seja, 15% do currículo escolar, passando o ensino secundário a ofertar disciplinas obrigatórias de latim, inglês, francês e espanhol. A Reforma Capanema preocupou-se também com a questão metodológica, recomendando o uso do Método Direto⁶.

Mais tarde, em 20 de dezembro de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) retirou mais uma vez a obrigatoriedade do ensino de língua estrangeira no Ensino Colegial e deixou ao encargo dos Estados a opção pela inclusão de LEM nos currículos das últimas quatro séries do Ginásio. Já a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1º e 2º graus de 11 de agosto de 1971, com o parecer n. 853/71, referiu-se ao ensino de LEM enquanto recomendação, e não obrigatoriedade. Com a Resolução 58/76 do Ministério da Educação, porém, houve um resgate parcial do ensino de LEM, nas escolas, pois este documento decretou a obrigatoriedade do ensino de LEM para o colegial, mas não para o ginásio.

Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que, em 1996, promulgou-se a mais recente Lei de Diretrizes e Bases, a qual tornou o ensino de línguas novamente obrigatório a partir da 5ª série do ensino fundamental. Já no ensino médio deveria ser incluída uma língua estrangeira moderna obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, opcional. Na maioria dos casos a língua ofertada era a inglesa. A publicação dos Parâmetros

6 Método Direto: ensino de língua pela própria língua.

Curriculares Nacionais para o ensino de 5^a a 8^a séries em 1998 informou os objetivos das disciplinas de LEM, com base no princípio da transversalidade⁷. O documento sugeriu uma abordagem sociointeracionista⁸ para o ensino de línguas estrangeiras.

Adicionalmente a esta estrutura básica da evolução do ensino de LEM no Brasil, convém mencionar a Carta de Pelotas, escrita em 2000, documento que objetivou apresentar propostas para a melhoria do ensino de línguas no Brasil, bem como reivindicações e apontamentos dos participantes do II Encontro Nacional sobre Política de Ensino de Línguas Estrangeiras (ENPLE). Esse documento foi enviado ao Ministério da Educação (MEC), com o intuito de chamar a atenção dos governantes para a situação em que se encontrava o ensino de línguas no ensino público do país.

É possível constatar, por meio deste breve histórico, que o ensino de línguas estrangeiras no Brasil vem sofrendo muitas oscilações de acordo com os diversos interesses políticos que predominam em cada período. Nesse sentido, assistiu-se ainda ao processo ocorrido em 2005, em que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva transformou na Lei nº 11.161 o Projeto de Lei 3.987, de 2000, o qual impõe a existência da língua espanhola no currículo de nível secundário das escolas públicas brasileiras, em função do MERCOSUL. A inserção de tal idioma se deu conforme as particularidades locais, progressivamente, entre os anos de 2005 e 2010. O ensino da língua francesa foi, por sua vez, declinando em termos de reconhecimento da sua importância, sendo cada vez menos frequente a sua oferta nas escolas públicas brasileiras.

O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS OFICIAIS ATUAIS

Observa-se que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) ressaltam a perspectiva pragmática do aprendizado de LEM, argumentando que para um indivíduo tornar-se ativo na sociedade

7 A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

8 O sociointeracionismo valoriza o desenvolvimento da aprendizagem por meio da interação do sujeito com o ambiente em que está inserido e acredita que essa interação ocorre prioritariamente por meio da linguagem, a qual é um fator primordial para a construção do conhecimento.

globalizada em que vivemos é preciso saber se comunicar em língua materna e em uma ou mais línguas estrangeiras, tendo assim acesso à sociedade de informação.

Questões relativas ao desenvolvimento humano são também consideradas pelos parâmetros educacionais nacionais, os quais, além de confirmarem aspectos já mencionados anteriormente no presente trabalho no que concerne aos benefícios do ensino de LEM, adicionam o reconhecimento de que estas propiciam ao aluno o reconhecimento das funções da língua e suas inúmeras deliberações, e mesmo que o aluno não atinja um grau de competência avançado na língua, os momentos dedicados ao estudo são entendidos como ocasião de interação entre os indivíduos envolvidos, proporcionando novas interpretações de mundo e enriquecimento do nosso cotidiano. Enfatizam ainda que o aprendizado de uma ou mais línguas estrangeiras atuam como território para o desenvolvimento e a proximidade do aluno com distintos modelos de saber, passando a conhecer outras formas de estruturação do conhecimento. A inserção de LEM no sistema de ensino favorece também a interdisciplinaridade, pois outras disciplinas são facilmente abordadas em uma aula de língua estrangeira, por meio de exemplos relativos à arte, aos monumentos históricos e até mesmo localizações geográficas.

Os PCNs para o ensino de línguas estrangeiras esclarecem ainda a respeito dos critérios atuais para que um idioma seja incluído no currículo do ensino básico. Além dos já analisados fatores históricos, somam-se aqueles já mencionados de cunho político e econômico (que atribuem o ensino do inglês em função do poder e da economia norte americana, por exemplo); fatores relativos à comunicação entre as comunidades locais (que justificam o ensino do português para indígenas e surdos, como opção de segunda língua, por exemplo); e fatores relacionais, relativos à tradição, que facilitam as relações culturais entre os países. Conforme os PCNs (1998, p. 23), "o francês, por exemplo, desempenhou e desempenha importante papel do ponto de vista das trocas culturais entre o Brasil e a França e como instrumento de acesso ao conhecimento de toda uma geração de brasileiros".

Apesar do aparente reconhecimento do valor do aprendizado da língua francesa em nosso país, os PCNs também acabam por confirmar que os critérios de maior peso acabam sendo os políticos

e econômicos, o que justifica a situação privilegiada da língua inglesa e espanhola no ensino básico:

É necessário se ponderar sobre a visão utópica de um mundo no qual o desejo idealista de um estado de coisas prevalece sobre uma avaliação mais realista daquilo que é possível. Por um lado, há de considerar o valor educacional e cultural das línguas, derivado de objetivos tradicionais e intelectuais para a aprendizagem de Língua Estrangeira que conduzam a uma justificativa para o ensino de qualquer língua. Por outro lado, há de considerar as necessidades linguísticas da sociedade e suas prioridades econômicas, quanto a opções de línguas de significado econômico e geopolítico em um determinado momento histórico. Isso reflete a atual posição do inglês e do espanhol no Brasil. (PCNs, 1998, p.40).

Ainda de acordo com os PCNs, o não aprendizado de línguas estrangeiras pode também ser considerado como um fator de exclusão social, atuando como princípio de elitização, já que tal aprendizado capacita pessoas a ter acesso ao mundo exterior e, ao mesmo tempo, restringe este acesso às pessoas que não desenvolvem as competências necessárias para isso.

A OFERTA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO ESTADO DO PARANÁ

Segundo informações da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), na década de 80 os professores de LEM dirigiram um movimento pelo retorno da oferta das línguas estrangeiras nas escolas públicas estaduais. Tal movimento acabou por obter a concessão, por meio da Resolução nº 3.546/86 de 15 de agosto de 1986, para o funcionamento do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) como parte integrante da rede pública de ensino, tendo em vista a necessária valorização do plurilinguismo e a diversidade étnica que marca a história do Paraná. A partir de então, as atividades ligadas ao CELEM passaram a ser oferecidas em 10 dos 22 NRE do estado, o que fez com que 79 estabelecimentos de ensino e aproximadamente 500 alunos fossem beneficiados com a possibilidade de aprender línguas estrangeiras diferentes daquela

ensinada na matriz curricular. Em um ano as aulas extracurriculares abarcavam as línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa e italiana, e em 1988 foi regulamentada a oferta de 30% das vagas do CELEM à comunidade.

A disponibilidade de vagas do CELEM para a comunidade tornou-se uma questão um tanto quanto controversa a partir do ano de 2000, oscilando ao longo da década de acordo com a política de governo vigente em cada período. Por vezes era possível a qualquer pessoa da comunidade frequentar os cursos ofertados pelo CELEM; em outros anos determinava-se que as vagas seriam destinadas apenas a professores, funcionários e alunos da rede pública estadual. Entre 2004 e 2006 também foi autorizado o funcionamento do CELEM em outros locais que não somente os estabelecimentos de ensino, o que foi revogado em seguida.

A partir de 2008, devido ao aumento dos cursos e ao aparecimento de novas demandas, reestruturações no funcionamento do CELEM foram instituídas, incluindo o trabalho com os idiomas baseado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Língua Estrangeira Moderna, o registro de estudos nos cursos no histórico escolar do aluno e a disponibilização de 30% das vagas à comunidade.

A obrigatoriedade da implementação do ensino de língua espanhola nas instituições de Ensino Médio a partir de 2005 acarretou expressivas mudanças no CELEM, pois a oferta ampliou-se para atingir 323 municípios pertencentes a 32 NRE do Estado do Paraná, totalizando 1239 cursos em aproximadamente 1000 instituições de ensino. De acordo com o site oficial da SEED, denominado *Dia-a-Dia Educação*, atualmente a oferta abrange as línguas espanhola (968 cursos), francesa (32 cursos), inglesa (27 cursos), italiana (20 cursos), alemã (14 cursos), japonesa (9 cursos), ucraniana (6 cursos), polonesa (3 cursos) e o mandarim (1 curso).

No que se refere ao município de Ponta Grossa, especificamente, cabe mencionar algumas de suas características gerais, no intuito de situar o leitor quanto à problemática levantada pelo presente trabalho. A cidade de Ponta Grossa dista 103 km da capital do estado (Curitiba) e possui uma população de aproximadamente 320.000 habitantes, situando-se na região conhecida como Campos Gerais, uma das regiões mais populosas do estado (com cerca de 800.000 habitantes), a qual compreende 26 municípios, situando-se

geograficamente no centro do Estado do Paraná. O município conta com 84 escolas públicas estaduais (além das 84 escolas municipais) e possui duas universidades públicas: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e um campus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Tendo em vista que o principal objetivo do presente artigo é discutir a situação do ensino da língua francesa na rede pública estadual de Ponta Grossa – e analisar as razões e implicações de sua ausência –, faz-se oportuno destacar que a UEPG oferece, em sua grade de cursos de nível superior, o curso de Letras Português/Francês, além de Letras Português/Inglês e Letras Português/Espanhol. No entanto, embora existam profissionais habilitados para o ensino da língua francesa, formados anualmente por uma instituição altamente reconhecida na região, estes profissionais não encontram mercado de trabalho no próprio município que os possibilite exercer sua profissão e as competências para as quais foram formados. Constata-se que nenhuma das 84 escolas da rede estadual de ensino de Ponta Grossa oferece a língua francesa, nem em sua matriz curricular obrigatória e nem atualmente no CELEM, na modalidade de cursos extracurriculares. A cidade conta com várias escolas privadas de idiomas, mas dentre elas, apenas três oferecem cursos de francês. A região dos Campos Gerais possui um vasto complexo industrial, sendo que entre as grandes empresas instaladas em Ponta Grossa encontram-se pelo menos duas francesas, a *Louis Dreyfus Commodities* (líder mundial no setor de agronegócios) e a *Beaulieu do Brasil* (indústria de carpetes).

A PESQUISA EMPÍRICA: DIALOGANDO COM PROFESSORES E ALUNOS MÉTODO

A pesquisa de campo foi realizada em três etapas, sendo que na primeira buscou-se investigar junto à coordenação do Núcleo Regional da Educação de Ponta Grossa os critérios que orientam o funcionamento do ensino de idiomas na rede estadual de ensino, e procurando descobrir porque a língua francesa não vem sendo ofertada em nenhuma das escolas públicas estaduais do município – não constando nem na matriz curricular oficial e nem, atualmente, no CELEM. Foram entrevistadas conjuntamente duas coordenadoras

responsáveis pela administração do ensino de línguas estrangeiras no CELEM. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado, sendo que as onze questões dirigidas às coordenadoras giraram em torno de quatro eixos temáticos principais, os quais são apresentados no quadro a seguir:

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVO GERAL
1. Liberação de turmas para o CELEM.	Investigar os critérios utilizados para a liberação de turmas no CELEM.
2. Contratação de professores de LEM.	Abordar os parâmetros que norteiam a contratação de professores de LEM.
3. Divulgação do CELEM.	Desvendar as estratégias de divulgação das atividades oferecidas pelo CELEM.
4. Escolha dos idiomas ofertados.	Analisar a forma de distribuição e o funcionamento das LEM na rede estadual de ensino.

Figura 1: Quadro representativo dos eixos temáticos que nortearam a entrevista realizada junto ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa (PR).

A segunda etapa consistiu na aplicação de um questionário a dois diretores de escolas públicas estaduais de ensino fundamental da cidade de Ponta Grossa com a finalidade de se obter informações mais específicas relativas ao ensino de línguas estrangeiras na rede pública, tanto no que diz respeito à matriz curricular quanto acerca da relação das escolas com o CELEM. O questionário contou com nove perguntas, cujo conteúdo pode ser sintetizado em três eixos temáticos, os quais podem ser visualizados no quadro que se segue:

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVO GERAL
1. Seleção das LEM nas escolas.	Verificar a sistemática relativa à escolha de línguas estrangeiras a serem ofertadas pelas escolas.
2. Importância atribuída ao aprendizado de outros idiomas.	Apurar a posição dos diretores com relação à importância da aprendizagem de outros idiomas no ensino básico.
3. Ausência da língua francesa no ensino básico público.	Buscar esclarecimentos junto aos administradores escolares concernentes ao ensino da língua francesa.

Figura 2: Quadro representativo dos eixos temáticos que nortearam os questionamentos dirigidos aos diretores de escolas públicas estaduais de Ponta Grossa (PR).

Já a terceira e última etapa contou com a participação de três alunos da 7^a. série do ensino fundamental de uma das escolas pesquisadas na intenção de averiguar o seu interesse pelo aprendizado de línguas estrangeiras. O Quadro 3 apresenta os eixos principais em torno dos quais se organizou o questionário:

EIXOS TEMÁTICOS	OBJETIVO GERAL
1. Interesse dos alunos por LEM.	Investigar o interesse dos estudantes relacionado à LEM.
2. Idiomas disponíveis nas escolas.	Buscar qual a disponibilidade de idiomas em cada escola.

Figura 3: Quadro representativo dos eixos temáticos que nortearam os questionamentos dirigidos aos alunos de uma escola pública estadual de Ponta Grossa (PR).

RESULTADOS

Entrevista com as coordenadoras do Núcleo Regional da Educação

No presente tópico serão apresentados os resultados obtidos na análise de cada um dos eixos temáticos que nortearam a coleta de dados junto à coordenadoria do CELEM no Núcleo Regional de Educação (NRE):

1 Liberação de turmas para o CELEM

De acordo com a resposta das coordenadoras, a liberação de turmas depende apenas dos diretores das escolas estaduais manifestarem interesse pelo CELEM, nomearem uma equipe pedagógica, uma secretária responsável pela organização das atividades nesta modalidade e comunicarem ao NRE, o qual se encarrega de encaminhar um processo denominado 'roteiro de implantação' para a SEED (Secretaria Estadual de Educação). O referido processo tem um prazo de tramitação, sendo normalmente programado para o ano subsequente.

2 Contratação de professores de LEM

No que concerne à contratação de professores e as vagas ofertadas para as LEM na região de Ponta Grossa, a coordenadoria informou que são oferecidas vagas para a contratação de professores para outros idiomas além do inglês. Entretanto, acabou por confirmar o que já é de conhecimento geral, isto é, que os professores de língua inglesa são a maioria, pois este idioma está presente na grande maioria das escolas; o número dos que ministram língua

espanhola vêm crescendo, já que o espanhol encontra-se em processo de implantação obrigatória, a qual deve ser concluída até o final de 2012. O diferencial que se apresenta refere-se à língua alemã, porém em apenas duas das escolas do município. Nenhuma escola em Ponta Grossa oferece atualmente a língua francesa; a cidade mais próxima onde este idioma é ofertado é o município de Piraí do Sul (que fica a cerca de 80 km de Ponta Grossa).

3 Divulgação do CELEM

Em se tratando da divulgação do CELEM na comunidade escolar foi possível averiguar que esta responsabilidade é atribuída à própria escola, ou seja, ao diretor e à equipe pedagógica, e, nesse contexto, um professor efetivo deve abrir turmas para atender aos interessados. O NRE deixou claro que a prioridade do CELEM deve ser os alunos e não a comunidade externa; muito embora, no caso da língua francesa, a maior demanda seja justamente da comunidade local.

4 Escolha dos idiomas ofertados

Quanto à escolha dos idiomas a serem ofertadas, o NRE corroborou a informação de que a comunidade escolar tem o direito de usufruir de duas línguas estrangeiras na matriz curricular; todavia, no CELEM podem ser oferecidas mais de duas. No que tange à participação do NRE nesta seleção, foi ressaltado que este unicamente disponibiliza as disciplinas e o conselho escolar fica incumbido de proceder à escolha. Contudo, foi informado que o resultado das reuniões realizadas junto à comunidade escolar frequentemente gera a preferência pela língua espanhola, aparentemente pelo fato de ser difundida a ideia de se tratar de um idioma "mais fácil" para os brasileiros. A coordenadoria também destacou um importante fator que dificulta a efetivação das atividades do CELEM, relacionada ao descaso governamental: a falta de espaço físico nas escolas para a sua implantação, exemplificando que certas turmas até há pouco tempo funcionavam no porão, na biblioteca, no refeitório, havendo inclusive um caso em que as aulas se realizavam em um puxado de madeira sem nenhuma janela.

Questionário aplicado aos diretores das escolas

Neste segundo tópico discorrer-se-á a respeito dos resultados coletados a partir do questionário realizado com os diretores escolares:

1 Seleção das LEM

No que diz respeito à seleção das LEM na matriz curricular do ensino básico, o diretor da escola A afirma que, por determinação

da SEED, pode ser ministrada a língua inglesa ou a espanhola; já o diretor da escola B aponta apenas a possibilidade da língua inglesa. Relativamente ao CELEM, em se tratando da oferta no município de Ponta Grossa, o diretor da escola A salienta conhecer apenas o espanhol, e o francês em Piraiá do Sul; por sua vez, o diretor da escola B indica somente o alemão. Contudo, ao se referir aos critérios adotados para a seleção das LEM da matriz curricular das instituições pelas quais estes diretores são responsáveis, o diretor da escola A sustenta que em seu estabelecimento foi escolhida a língua inglesa, pois havia professoras concursadas que já trabalhavam ali e gostariam de ali permanecer. O diretor da escola B, entretanto, menciona que a língua vem previamente determinada via matriz curricular. A indagação seguinte dentro deste eixo temático compreende os critérios de escolha das línguas ofertadas no CELEM em cada uma dessas escolas. O diretor da escola A declara desconhecer os critérios para tal escolha, pois é o NRE que designa os professores e, a partir disso, a escola abre matrículas. Porém, ambos os diretores informam que a procura é insuficiente para sustentar as turmas.

2 Importância do aprendizado de outros idiomas

Quanto a este quesito, o diretor da escola A posiciona-se atribuindo valores como "interessante" e "importante", conferindo aos alunos a responsabilidade por não aproveitarem devidamente o CELEM, tendo em vista a alta taxa de evasão ao longo do ano letivo. O responsável pela escola B coloca-se a favor do aprendizado de outros idiomas, considerando tal atividade fundamental devido à diversidade e sua contribuição para uma formação cidadã.

3 Ausência da língua francesa no ensino básico público

A presente indagação refere-se à ausência da língua francesa tanto no ensino regular quanto no CELEM; assim sendo, os dois diretores foram informados de que não há professores habilitados para o ensino do francês e/ou concursados. O diretor da escola A mencionou a beleza e a agradabilidade do idioma, mas ambos justificaram a situação atual de pouca procura devido à suposta "pouca utilidade" no mercado de trabalho, bem como o fato de "não estar na mídia".

Questionário aplicado aos estudantes

O objetivo do terceiro e último tópico desta seção é apresentar o parecer de três alunos que responderam ao questionário proposto como parte integrante do trabalho empírico. As questões giram em torno de dois eixos principais:

1 Interesse dos alunos por línguas estrangeiras

No que diz respeito ao interesse dos alunos, constatou-se que dois dos três participantes manifestaram vontade de aprender LEM, justificando que estariam tendo a oportunidade de obter maior conhecimento, explorando línguas e culturas diferentes, bem como lhes seria útil tendo em vista a sua preparação para o mercado de trabalho. O terceiro aluno mostrou-se aparentemente contraditório, afirmando não julgar o aprendizado de LEM importante; no entanto, quando a questão se direcionou à possibilidade de oferecimento das LEM em sua escola, ele demonstrou que as aproveitaria.

2 Idiomas disponíveis nas escolas

Com relação às opções de LEM disponíveis na escola dos respectivos alunos que responderam ao questionário, estes informaram que a escola não oferece cursos de LEM extraclasse e na matriz curricular encontra-se somente a língua inglesa.

DISCUSSÃO

Conforme anteriormente anunciado, este estudo concentrou-se em examinar a situação do ensino da língua francesa considerando diversas perspectivas de análise, desde a história de sua introdução no Brasil, passando pela situação oficial do ensino deste idioma na rede de ensino público do Estado do Paraná, até a investigação empírica relativa à posição de alguns administradores escolares diante da exclusão da língua francesa da matriz curricular e do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) das escolas públicas estaduais da cidade de Ponta Grossa.

Como se observou na análise documental, a língua francesa ocupou lugar de destaque na evolução do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, bem como no Estado do Paraná. Constatase, entretanto, que embora o francês continue sendo uma opção de aprendizado de LEM de acordo com as diretrizes educacionais oficiais, na prática a disponibilidade deste idioma vem diminuindo vertiginosamente, chegando ao ponto de não mais ser ofertado em alguns municípios, como em Ponta Grossa, por exemplo. A priorização das línguas inglesa e espanhola por motivos que, em sua maioria, são contingenciais, bem como problemas relativos à administração dos recursos físicos (salas de aula adequadas, por exemplo) e humanos (disponibilidade de professores de língua francesa e demanda oriunda da comunidade escolar) conduzem a tal situação.

Por meio das respostas aos questionamentos dirigidos às coordenadoras do NRE e aos diretores das escolas, é possível perceber que a problemática envolve algumas contradições. No que diz respeito à disponibilidade de profissionais habilitados para o ensino das LEM, a análise documental apontou que na segunda metade da década de 80, quando o CELEM foi instalado nas escolas do Paraná, havia professores para o ensino de cinco idiomas (francês, alemão, italiano, espanhol e inglês), causando um claro estranhamento o argumento de que hoje não existem mais profissionais disponíveis, tendo em vista o expressivo aumento na oferta de cursos superiores no Brasil neste interstício. Isso se aplica especialmente ao caso da língua francesa, já que a própria Universidade Estadual de Ponta Grossa habilita, a cada ano, um grupo de profissionais para esta atividade. Por outro lado, justamente a escassez na oferta de cursos de francês por parte da Secretaria Estadual da Educação – o CELEM oferece atualmente 32 cursos de francês distribuídos pelo estado, mas nenhum deles entre as 84 escolas públicas estaduais de Ponta Grossa – restringe o campo de trabalho para os recém-formados professores de francês, alimentando, assim, o círculo vicioso. Tal forma de gerenciamento nos leva a assistir a uma crescente elitização do acesso à língua francesa, pois essa incumbência passa a pertencer às escolas privadas de idiomas; o que, no município de Ponta Grossa, também se mostra restrito, já que mesmo estas vêm priorizando as línguas inglesa e espanhola.

Faz-se necessário refletir acerca dos demais fatores envolvidos na questão e que poderiam representar parte da explicação para este estado que pode ser considerado, no mínimo, desconcertante. Tome-se a seguir o argumento de que a escassez na oferta da língua francesa em Ponta Grossa deve-se à falta de demanda para o ensino desta língua por parte da comunidade. De acordo com a coordenação, cabe à escola organizar todas as atividades que competem ao CELEM, desde a seleção das línguas a serem oferecidas, passando pelas tarefas burocráticas, até a divulgação do serviço junto à comunidade escolar. No entanto, a oferta de turmas de uma determinada LEM depende da disponibilização de professores habilitados para o ensino desta língua, pois, conforme foi declarado por um dos diretores pesquisados, é o NRE que designa os professores e, a partir disso, a escola abre matrículas. Assim sendo, mesmo que uma dada comunidade demonstre interesse em aprender francês, por exemplo, isso não será possível caso a SEED não contrate professores;

de modo reverso, professores não ensinam a língua, aparentemente, por falta de interesse da comunidade e, então, novamente tem-se um círculo vicioso do fracasso na manutenção do ensino de determinados idiomas. Além disso, se se promulga que exista uma necessária intimidade na relação da escola com a comunidade em torno dela – como alguns trabalhos nas escolas paranaenses vêm buscando e conseguindo – seria de bom tom que os cursos de línguas do CELEM acolhessem, além dos alunos, pessoas da comunidade (política que, conforme se viu, vem oscilando ao longo dos anos), sendo também preciso que se realizasse um trabalho adequado de divulgação, unindo esforços dos órgãos administrativos e da própria escola. Este processo poderia representar um início de tentativa de solução para a questão do equilíbrio entre a oferta e a procura das LEM, tendo, porém, repercussões diretas na questão apresentada anteriormente, referente à disponibilidade de professores de línguas e de sua inserção no mercado de trabalho.

Transtornos envolvendo recursos físicos também foram mencionados pelos administradores entrevistados, constituindo parte da problemática relativa à oferta de LEM nas escolas estaduais, principalmente no que concerne ao CELEM. Dizem respeito, principalmente, à falta de salas disponíveis para o funcionamento de turmas no contraturno e de equipamentos adequados para o uso das multimídias necessárias ao aprendizado de idiomas. Trata-se de problemas, em grande parte, ligados às questões de investimento governamental na Educação, muito embora a administração interna à própria escola possa reforçar algumas dessas dificuldades. Como explicou umas das coordenadoras entrevistadas, muitas vezes uma eventual sala “sobrando” acaba sendo aproveitada para os cursos profissionalizantes, sendo o curso de línguas então remanejado para a biblioteca, para o refeitório, para o porão, ou seja, para espaços que não atendem adequadamente aos requisitos de uma boa aula de línguas estrangeiras, seja pela questão da falta de equipamentos ou de outras condições necessárias. Já outras escolas lançam mão de certas estratégias que ajudam a transpor tais dificuldades operacionais. Sabe-se que algumas turmas de CELEM já funcionaram em períodos não convencionais, como, por exemplo, entre o horário de término do período vespertino e o início do período noturno. Conforme expresso em um conhecido adágio popular, certa “dose de boa vontade” pode ajudar bastante nesses casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a maioria dos países europeus o ensino de línguas estrangeiras tornou-se um propósito alcançado sem grandes dificuldades, como explica o professor e escritor português Carlos Ceia (2006), pois suas políticas de organização do sistema educativo abrangem o ensino de pelo menos duas línguas estrangeiras a partir dos primeiros níveis da escolaridade. De acordo com este autor, o último relatório do Eurobarômetro⁹ confirma que, em média, 17% dos cidadãos europeus adquiriram a primeira língua estrangeira na escola primária, ao passo que no Brasil são registrados apenas 2%. Indica ainda que 45% dos cidadãos europeus tem capacidade de participar de um diálogo em um idioma diverso de sua língua materna, e que oito em cada dez pessoas no Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Suécia falam uma outra língua suficientemente bem para sustentar uma conversa com falantes naturais de outros países.

O presente trabalho trouxe à tona algumas das dificuldades vivenciadas no Brasil relativamente ao ensino de línguas estrangeiras na rede pública de ensino, o que nos faz rezear que o alcance de marcas como as mencionadas acima seja uma meta ainda muito longínqua. Obviamente é indevido generalizar os resultados deste estudo, já que se refere a somente uma região do Estado do Paraná, que é apenas um dos estados do Brasil. No entanto, trata-se de uma região fortemente marcada pela colonização europeia, a qual, esperar-se-ia, apresentasse poucos problemas no que tange ao ensino de idiomas, até mesmo pela valoração, possivelmente decorrente da descendência das pessoas que habitam a região, atribuída a esse tipo de conhecimento. Mas, considerando-se que a realidade brasileira é bastante diversificada, far-se-iam necessários novos estudos de maneira a melhor cercar a questão. Assim mesmo, espera-se que as considerações realizadas aqui auxiliem a emergência de novas reflexões e ações por parte de todos aqueles que possam, de alguma forma, ajudar a transformar a situação do ensino de línguas estrangeiras na escola pública para melhor.

9 Serviço da União Europeia, criado em 1973, que mede e analisa as tendências da opinião pública em todos os estados membros e nos países candidatos. Ajuda a Comissão Europeia a elaborar suas propostas legislativas, a tomar decisões e a avaliar o trabalho realizado.

PARLEZ-VOUS FRANÇAIS? THE FRENCH LANGUAGE IN PUBLIC BASIC EDUCATION IN PONTA GROSSA (PR – BRAZIL)

ABSTRACT

Several aspects of human development, which concern social, cognitive and affective- emotional areas, benefit from the learning of foreign languages, thus providing personal and professional progress to the individual. The current work aims to analyze the situation around the teaching of the French language in public state schools of the town of Ponta Grossa, State of Paraná (Brazil) given that it is an important language in the world that is not currently being offered by the curricular matrix or by CELEM (Center of Modern Foreign Languages) – a service created in Paraná during the 80s in order to offer extracurricular language studies to the school community at no cost. We performed an historical investigation, followed by a documental analysis of the current official educational parameters for the teaching of foreign languages. Finally, a field research was carried out. Data were collected from the Regional Education Nucleus, as well as from the principals of two public state schools in Ponta Grossa, and from students. The subjects were interviewed and/or encouraged to fill an open survey. The results were analyzed qualitatively, according to the most significant thematic axes. They indicate the problematic to imply several contradictions involving political and economic priorities, availability of capable professionals, demand for language studies, and administrative issues.

Keywords: Foreign language learning. French language. Public school.

RESUMEN

Varios aspectos relativos al desarrollo humano, que conciernen al ámbito social, cognitivo y afectivo-emocional, son beneficiados por el aprendizaje de lenguas extranjeras, lo que brinda la oportunidad de progreso personal y profesional a los individuos. El presente trabajo tiene como propósito analizar la situación relativa a la enseñanza de lengua francesa en las escuelas estatales del municipio de Ponta Grossa, Estado de Paraná, ya que se trata de un idioma de gran importancia en el mundo y que, actualmente no está siendo ofrecido, ni en la matriz curricular y ni por medio del Centro de Lenguas Extranjeras Modernas (CELEM) – modalidad creada en Paraná en la década de 80 con la finalidad de ofrecer una enseñanza plurilingüe extracurricular de forma gratuita a la comunidad escolar. Se realizó una investigación histórica, seguida de un análisis documentado relativo a los

parámetros educacionales oficiales vigentes para la enseñanza de lenguas extranjeras, y, por último, una investigación de campo. Los datos fueron colectados junto con el Núcleo Regional de Educación, a los directores de dos escuelas estatales de Ponta Grossa y a sus alumnos, habiendo sido los participantes entrevistados e/o invitados a responder a un cuestionario abierto. Los resultados fueron tratados de manera cualitativa, de acuerdo con los ejes temáticos más significativos. Se percibió que la problemática engloba varias contradicciones que incluyen prioridades político-económicas, disponibilidad de profesionales capacitados, demanda por la enseñanza de lenguas y cuestiones administrativas.

Palabras Clave: Aprendizaje de lenguas extranjeras. Lengua francesa. Escuela nacional.

REFERÊNCIAS

CEIA, C. Porque é importante estudar línguas e por que é que não estudamos? Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/docentes/cceia/educacao/aprender_linguas.pdf. Acesso em: 23/07/2012

<http://www.diaadia.pr.gov.br/celem/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>

Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

FIGUEIREDO, E.; GLENADEL, P. O Estatuto do Francês no mundo de hoje: a diferença "por vir". Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HELB - Linha do Tempo sobre a História do Ensino de Línguas no Brasil. História de Línguas no Brasil - Projeto do Programa de Pós- Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília – UNB, 2010. Disponível em: www.unb.br/il/let/helb/. Acesso em: 11/10/10

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental / língua estrangeira. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Parâmetros Curriculares Nacionais (ensino médio), 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 24/09/2010.

Aprovado em outubro de 2014

Publicado em março de 2015